

PARECER Nº 30

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS REF AO MÊS DE OUTUBRO DE 2025

Este Relatório está em consonância com as disposições constantes no Manual do Pró Gestão RPPS e com o Decreto nº 3.122 de 25 de julho de 2018, que trata da criação e regulamentação do Comitê de Investimentos na Prev São José.

No dia 14 de novembro de 2025, às 10h00min, os membros do Comitê de Investimentos reuniram-se na sede da Autarquia para participar da 104ª Reunião Ordinária com o objetivo de analisar o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de outubro de 2025.

Conforme pauta da Ata, foram analisados: **1)ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2025; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS; 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS; e 4) APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2026.**

Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de Investimentos da Carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 1,23% ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a outubro) em 11,01%, sendo que no segmento de renda fixa o retorno foi de 1,10%, renda variável 2,01% e no segmento de Investimento no exterior a carteira teve retorno de 5,47%, a carteira de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com o PL total de R\$ 1.993.065.387,06, o IPCA teve uma variação no mês de 0,09%, com isso a meta atuarial para o período (janeiro a outubro) ficou em 8,23% com 133,74% de atingimento da meta para o período, a Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ, está com diversificação muito boa e com proteção adequada para o momento, com 92,01% em renda fixa, 6,44% renda variável e 1,55% de Investimentos no Exterior. Os fundos atrelados em CDI têm a maior concentração da carteira com 22,58% seguidos dos fundos vértices de longo prazo com 13,09% e dos títulos públicos federais com 12,21%. Comentou que as movimentações efetuadas no decorrer do mês, aumentando nossa exposição em títulos de curto prazo foram importantes para diminuir o impacto negativo da oscilação do mercado, garantindo estabilidade. Os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Política de Investimentos, com exceção do fundo de Investimento em Ações - CAIXA BRASIL IBX-50, onde o total das aplicações representou mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo. O desenquadramento passivo ocorreu tendo em vista que houve resgate de cotas por cotistas desse fundo que acabou ocasionando essa situação. Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do Risco de Mercado foram observadas as referências estabelecidas na Política de Investimentos, que estima a perda máxima de um investimento ou portfólio dentro de um período e nível de confiança definidos, sendo: VaR - mês de 0,57% para o segmento de renda fixa tendo como limite 0,72%, VaR - mês de 4,47% para o segmento de renda variável e estruturados tendo como limite 6,50% e VaR - mês de 4,66% para o segmento de investimento

no exterior tendo como limite 6,66%. Não foram identificadas situações de excessiva exposição ao risco, motivo pelo qual não foi acionado o Plano de contingência previsto na Política de Investimentos. Os membros do comitê de Investimentos após análise, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, manifestando-se, por unanimidade, favoráveis à sua aprovação.

O Consultor sugeriu que poderíamos diminuir um pouco nossa exposição em fundos DI, de imediata liquidez, realocando esses recursos em títulos negociados diretamente com o Tesouro Nacional aproveitando assim as boas taxas oferecidas, lembrando que esses títulos são marcados na curva. Sugeriu como alternativa um rebalanceamento para o IRFM. Tal sugestão se deve ao fato que caso haja uma redução na taxa SELIC, haverá uma performance positiva para esse segmento. Sugeriu também como alternativa, um aumento, com cautela, em ativos no exterior onde, apesar da oscilação que esse segmento apresenta, seria uma boa oportunidade de entrada. Com relação aos recursos aplicados em Renda Variável esclareceu que apesar de a bolsa estar operando nas máximas históricas o mercado estima que uma eventual queda na taxa Selic poderá acarretar uma fuga de investidores da renda fixa para a renda variável, ocasionando uma valorização no índice, por isso sugere um pequeno aumento na exposição. Sugeriu considerarmos em nossa carteira de investimentos a estratégia em dividendos pois tende ser mais defensiva na comparação com uma carteira de ações tradicional. Os membros do comitê manifestaram-se por unanimidade, no sentido de não fazer realocações táticas na carteira neste momento, visto que os indicadores (retorno da carteira/meta atuarial) estão favoráveis (retorno superando a meta atuarial), e o período curto para fechamento do ano.

O senhor Bruno Leme Ferreira da Silva, Assessor de Investimentos da Crédito e Mercado apresentou, presencialmente, aos membros do Comitê de Investimentos a minuta da Política de Investimentos para 2026, elaborada com base na Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas alterações, contendo os segmentos e limites estabelecidos para alocação dos recursos da PREV SÃO JOSÉ, e, na sequência, foi desfazendo dúvidas quanto aos limites e segmentos constantes na apresentação, sendo que os mesmos foram ajustados, de acordo com o perfil da carteira da PREV SÃO JOSÉ. Ficou convencionado que a Política de Investimentos será apresentada pelo Diretor Financeiro, para apreciação, ao conselho fiscal na data de 26 de novembro e para aprovação, ao Conselho de Administração, no dia 28 de novembro.

Ainda, foi perguntado ao assessor de investimentos sobre a elaboração do estudo de ALM a qual ainda não foi encaminhada para a Prev, momento em que o consultor respondeu que está acompanhando o estudo e assim que disponível entrará em contato para agendar a apresentação ao comitê.

O Presidente franqueou a palavra e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 12 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

Assim sendo os Membros do Comitê de Investimentos, após análise do relatório apresentado, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, desta forma encaminha-se o presente ao Conselho Fiscal com parecer pela sua APROVAÇÃO.



LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê



AUSENTE
PAULO CESAR MAGNUSKEI
Membro



IVO CETNARSKI
Membro



IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente